

**CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PLANO DE CARGOS,
CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**

Danielle Cristina Andrukiu (Fundação Araucária)¹
Unespar/Campus União da Vitória, daniandrukiu@gmail.com

Giselle Moura Schnorr (Orientadora/a)
Unespar/Campus União da Vitória, giselle.schnorr@unespar.edu.br

Cristina Cardoso (Coorientador/a)
Unespar/Campus União da Vitória, cristina.cardoso@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional: PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

RESUMO: O trabalho intitulado como CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA tem como objetivo geral analisar o plano de cargos, carreira e salários do magistério público de União da Vitória/PR, instituído pela Lei Nº 3621/08. A análise se concentra nas condições de trabalho, explorando a estrutura da carreira, a formação, as condições de trabalho e a remuneração. O estudo busca contextualizar as desigualdades existentes no sistema educacional. Entre os objetivos específicos estão a análise do plano de carreira, o mapeamento dos instrumentos de valorização e a relação com as legislações estaduais, além de identificar a estrutura da carreira docente num contexto político e econômico específico do município. Também se propõe a comparar as tabelas de vencimentos dos professores, com o piso salarial nacional. O PCCR (Plano de cargos, carreira e remuneração) é essencial para estruturar a progressão profissional dos educadores, estabelecendo critérios claros de progressão salarial, avanço na carreira, portanto valorização do magistério municipal. Tais estudos são fundamentais para entender como políticas locais podem impactar diretamente a qualidade da educação oferecida, refletindo na permanência dos professores na carreira do magistério. De acordo com o Relatório de execução orçamentária do município do ano de 2023 (SIOPE-Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), o ente federado investigado é dependente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), e gasta em remuneração dos profissionais da educação básica 90,69 %, porcentagem superior aos 70% exigidos pela lei 14113/2020. O Brasil é constituído, segundo o IBGE por 5 568 municípios, entre eles existem desigualdades de toda ordem, no município de União da Vitória-PR, foi possível constatar que a lei do piso salarial nacional é cumprida como complementação e que apesar da dependência do fundo, o município, ao menos nas análises realizadas nos limites deste trabalho, cumpre as suas obrigações legais, o que não acontece com todos os municípios do país.

Palavras-chave: Carreira Docente. Condições de Trabalho. Políticas Educacionais Municipais.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária, por meio de bolsa concedida ao(a) estudante Danielle Cristina Andrukiu.